

Para que o homem em tempo indigente? Reflexões sobre o lugar da filosofia diante da inteligência artificial

Roberta Puccini Gontijo¹

Resumo: Na elegia *Pão e Vinho*, Hölderlin expõe a indigência experienciada pelo homem quando, ao ser abandonado pelos deuses, em vez de clamar pelo divino, sente-se capaz de viver sem a manifestação do sagrado. Todavia, ao se afastar do transcendente, o homem sente a necessidade de encontrar um terreno estável que lhe sirva de guia diante da relatividade da realidade concreta; sente, portanto, a necessidade de uma espécie de experiência religiosa substituta. Assim, o profano passa a ser sacralizado. Na era da inteligência artificial, quando a técnica engendra um conflito entre o homem e sua própria criação, a sacralização do *logos* – do pensamento científico, racional – ultrapassa a razão humana, alcançando o inanimado. Quem pensará nestes tempos? Somente a máquina? Para que servirá o homem? À luz desses questionamentos, busca-se nesse texto compreender a importância do pensar filosófico na contemporaneidade. Para tanto, utiliza-se revisão bibliográfica. Ao longo deste estudo, vê-se que o saber enciclopédico, *per se*, não faz o homem, que também se delineia a partir do questionar, do sentir, do encontro íntimo com Deus, consigo mesmo e com seus semelhantes. Sob essa lente, a filosofia, ao evidenciar que a mera razão não sustenta toda a complexa experiência humana, desafia-nos ao desprendimento da visão cientificista hoje ainda hegemônica.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Filosofia. Razão humana. Sagrado e profano. Tempo indigente.

*Mas nós, amigo, chegamos demasiado tarde. [Certo é que os deuses vivem,
Mas acima de nós, lá em cima, noutro mundo [...]]
O homem apenas algum tempo suporta a [plenitude divina.
Depois toda a nossa vida é sonhar com eles. Mas [os erros,
Tal como o sono, ajudam, e a necessidade e a [noite fortalecem
Até que haja suficientes heróis, criados em berço [de bronze,
De coração corajoso, como dantes, semelhantes [aos Celestiais
Depois eles chegam, trovejantes. Entretanto [penso por vezes
Que é melhor dormir do que estar assim sem [companheiros
Nem sei perseverar assim, nem que fazer [entretanto,
Nem que dizer, pois para que servem poetas em [tempo de indigência?
Pão e Vinho, Friedrich Hölderlin*

1 Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail para contato: robertapuccini12@gmail.com; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4961263249535393>.

INTRODUÇÃO

Friedrich Hölderlin (1770-1843) vive uma experiência histórica bastante peculiar: o momento em que se percebe que a razão, sozinha, não sustenta toda a experiência humana; o momento em que o Romantismo – acompanhado da irrupção da emoção, defensor da pluralidade e da inesgotabilidade dos arranjos humanos – ergue-se em contraposição ao Iluminismo, propagador da existência de uma ordem estável, de uma justiça universal e da cognoscibilidade de todas as coisas por parte da razão humana.

Hölderlin, testemunha de um homem enjaulado no espaço lógico, tenta nos ensinar que as proposições gerais da racionalidade, da ciência, não captam a vida real, “a palpitante realidade da existência” (BERLIN, 2022, p. 71). O poeta reage ao feroz racionalismo de seu tempo, segundo o qual o homem é finito e a tudo pode conhecer; rebela-se contra a sufocante nova ordem científica, que “não responde aos problemas mais profundos que agitam a alma humana” (BERLIN, 2022, p. 83).

Sedimentado nesse contexto ambíguo, Hölderlin escreve o poema *Pão e Vinho*, no qual expressa que o tempo indigente se inicia quando os homens são abandonados pelos deuses. Inclusive, a indigência seria tamanha a ponto de a ausência do divino não ser sentida como falta; o eu lírico, o único a lamentar o abandono, recolhe os vestígios dos deuses. A partir desse momento, a voz de Deus não mais transpareceria nos fios da História, de modo que toda a estadia humana na Terra teria de ser tecida somente por meio da razão (SABINO, 2011, p. 78). O início de nossa indigência, então, dar-se-ia a partir do apequenamento do homem, agora confinado à gaiola da racionalidade.

O anúncio do tempo indigente coincide com a transformação do profano em sagrado: na ausência do divino, a razão é eleita para ocupar o lugar outrora preenchido pelos deuses.

A despeito de se sentir capaz de viver sem a manifestação do sagrado, ao se afastar do transcendente, o homem sente a necessidade de encontrar um terreno estável que lhe sirva de guia diante da relatividade da realidade concreta; sente, portanto, a necessidade de uma espécie de experiência religiosa substituta. Assim, o profano passa a ser sacralizado. Na era da inteligência artificial, quando a técnica engendra um conflito entre o homem e sua própria criação, a sacralização do *logos* – do pensamento científico, racional – ultrapassa a razão humana, alcançando o inanimado. Quem pensará nestes tempos? Somente a máquina? Para que servirá o homem? À luz desses questionamentos, busca-se no presente texto compreender a importância do pensar filosófico na contemporaneidade.

Anunciado o objetivo deste trabalho, é chegada a hora de adentrá-lo.

1 A NEGAÇÃO DO DIVINO E A NECESSIDADE DO SAGRADO

“A existência profana jamais se encontra em estado puro” (ELIADE, 2018, p. 27), porque são os momentos de intensidade, de certeza e de êxtase que dão sentido e propósito à vida

humana (ARMSTRONG, 2016). O *logos*, o pensamento racional, científico e pragmático, não dá conta de decifrar o sentido da vida. Apenas o puro saber enciclopédico e o conhecimento lógico apequenam, em demasia, a experiência humana.

Conforme explica Mircea Eliade (2018, p. 26), “para o homem religioso, o espaço não é homogêneo”:

É a rotura operada no espaço que permite a constituição do mundo, porque é ela que descobre o “ponto fixo”, o eixo central de toda a orientação futura. Quando o sagrado se manifesta por uma hierofania qualquer, não só há rotura na homogeneidade do espaço, como também revelação de uma realidade absoluta, que se opõe à não-realidade da imensa extensão envolvente. A manifestação do sagrado funda ontologicamente o mundo (ELIADE, 2018, p. 27).

Como a orientação humana pressupõe um referencial, um ponto fixo, o homem religioso rechaça a homogeneidade e a relatividade características do espaço profano. Na experiência inteiramente profana, o espaço é neutro e incerto, pois nele não é possível nenhuma orientação estável uma vez que o ponto fixo “não goza de um estatuto ontológico único; aparece e desaparece segundo as necessidades diárias” (ELIADE, 2018, p. 27).

O homem, porém, não consegue agir somente pela razão, não é capaz de comportar-se observando apenas o mundo físico e as coisas tangíveis. Diante da ansiedade trazida pelo cotidiano, sente a necessidade de encontrar um apoio objetivo. Daí a tese sustentada por Eliade de que, mesmo em um mundo dessacralizado, a experiência profana não é apartada do elemento religioso.

O homem moderno, ao rejeitar a factualidade e o caráter teocêntrico da ordem jurídica medieval – ao romper com a ideia de que o direito não é produto criativo do homem nem deriva da volição humana, mas de uma ordem objetiva oriunda da vontade divina, apenas passível de interpretação (não de criação) humana –, “é deslocado de uma ordem que se esvazia, que perdeu sentido ontológico e que não mais se sustenta” (SALGADO, 2018, p. 10). Diante desse cenário, fica “com uma tarefa imperiosa: precisa sediar a si mesmo e deverá fazê-lo a partir de sua vontade” (SALGADO, 2018, p. 10).

Na travessia da *Metafísica do Objeto* para a *Metafísica do Sujeito*, o mundo começa a se definir a partir de um homem racional, cuja vontade livre será a referência determinante para tudo o que o circunda (SALGADO, 2018, p. 11). O alcance da “verdade” já não mais parte do objeto cognoscível, mas sim do sujeito cognoscente.

Contudo, se a racionalidade não é absoluta, se a experiência humana requer a presença do sagrado, na medida em que o homem se afasta do divino, há a progressiva sacralização da razão. Ao se afastar do transcendente, o homem – sedento de estabilidade, desejoso de se refugiar em um referencial objetivo – sente a necessidade de encontrar um terreno estável que lhe sirva de guia diante da relatividade da realidade concreta; sente, portanto, a necessidade

de criar uma espécie de experiência religiosa substituta. Nesse contexto, o divino é substituído pelo racional, agora sacralizado.

2 A SACRALIZAÇÃO DO INANIMADO EM TEMPO INDIGENTE

Em tempos de inteligência artificial, contudo, a sacralização do saber científico ultrapassa a razão humana, estendendo-se sobre a inteligência inanimada de sua criatura. Neste nosso tempo indigente, o homem não clama por Deus porque se sente uma divindade criadora. Desejoso de ser benfeitor da humanidade, movido por um orgulho idealístico de que pode mudar o mundo por meio de experimentos científicos e de sua busca pelo conhecimento, pensa que pode penetrar os mistérios da natureza mediante suas criações.

A paixão por reformar o mundo, porém, contrasta com as limitações humanas. A capacidade de inventar aparelhos lhe permite melhor compreender a natureza, mas nunca a dominar. Retomando Santo Tomás de Aquino (2010), lembremos que a razão humana não pode participar do pleno ditame da razão divina. A lei divina não nos é acessível em sua integralidade, de modo que não temos acesso aos mistérios do universo; a nós somente é revelada a lei natural – a participação da lei eterna na criatura racional.

Nesse sentido, em vez de se projetar como artífice de um futuro ideal e racional, ainda que haja, na natureza humana, “um terrível desejo insatisfeito de alçar voo para o infinito, um desejo febril de romper os estreitos vínculos da individualidade” (BERLIN, 2022, p. 39), o homem deve reconhecer sua pequenez diante de seu Criador. Para Mary Shelley, “de um terror supremo seria o efeito causado por qualquer esforço humano a imitar a estupenda engrenagem do Criador do mundo” (SHELLEY, 2015, p. 70). A crise climática, as armas nucleares e as guerras ilustram a escrita da autora.

Sentimos, nestes tempos, o mesmo incômodo experimentado durante a revolução industrial, quando se pensava que a máquina poderia substituir todo o trabalho humano. Novamente, deparamo-nos com os dilemas trazidos pela técnica ao cotidiano humano. Contudo, a iminência de novos paradigmas tecnológicos pode nos estimular a pensar sobre a própria natureza humana e sobre o papel do homem em face da própria inteligência artificial.

Boécio, em *A consolação da filosofia*, afirma que “crer em Fortunas efêmeras é crer em alegrias fugazes. Um decreto eterno foi estabelecido: nada do que o dia vê é definitivo” (BOÉCIO, 2012, p. 33). Por que, então, buscarmos fora de nós mesmos o que se encontra dentro de nós? Segundo Boécio, aquele que consegue ser senhor de si mesmo possuirá algo que jamais poderá perder nem a Fortuna lhe arrebatara (BOÉCIO, 2012, p. 36).

Nesse sentido, ainda que a inteligência artificial seja uma ferramenta valiosa para a produção do conhecimento – por exemplo, na medida em que permite a análise automatizada de grandes quantidades de textos e na medida em que pode lidar com grandes volumes de dados e realizar análises em larga escala, permitindo a identificação de padrões difíceis de serem detectados manualmente –, por que recebermos suas informações de forma acrítica e passiva?

No conforto trazido pelas novas tecnologias, quem pensará? Quem se preocupará em ter um conhecimento mínimo para se deter das informações trazidas por essa ferramenta?

Na era da sobrecarga de informação, devido ao dilúvio informativo que a tecnologia proporciona, experienciamos a coexistência entre a difusão da ignorância, a difusão do conhecimento e a difusão da intolerância. Nestes tempos, somente a razão bastará? A inteligência artificial dará conta de solucionar todos os problemas relativos ao conhecimento?

Ainda, é necessário que não incorramos no mito da neutralidade matemática dos algoritmos, que se comportam de modo a refletir valores humanos implícitos envolvidos em sua programação. Assim, se as informações são recebidas acriticamente, corre-se o risco de se reafirmarem vieses preconceituosos, não éticos, intolerantes e desigualdades socioculturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filósofo William Godwin nos alertou sobre o risco de colocar a abstrata busca do conhecimento à frente da responsabilidade coletiva ao dizer que “o conhecimento e a ampliação do intelecto são estéreis quando isolados dos sentimentos de benevolência e empatia” (GODWIN, *apud* HINDLE, 2015, p. 34). De fato, o saber enciclopédico, sozinho, não faz o homem, que também se delinea a partir do questionar, do sentir, do contato com a arte em todas as suas variações, do encontro íntimo com Deus, consigo mesmo e com seus semelhantes.

Segundo Isaiah Berlin, o pensamento de que é possível alcançar um conhecimento, se não absoluto, pelo menos quase absoluto e, nesses termos, organizar o mundo a partir da aplicação de uma razão universalmente inteligível começa por libertar as pessoas do erro, de algum mundo ininteligível que elas procuram explicar para si mesmas, mas acabam, quase sempre, por escravizá-las, por não explicarem o todo da experiência (BERLIN, 2022, p. 23). Tal pensamento começa a se portar como libertador, mas acaba em algum tipo de despotismo.

A razão é necessária, mas não se deve nutrir um fanatismo ao seu redor. Se nos guia e nos ilumina, a partir do momento em que é tornada uma divindade, pode nos cegar (cf. FRANCE, 2021). Daí a necessidade de a razão não apagar, no interior humano, a introspecção emocional, a empatia, a pureza da alma, a criatividade e a fidelidade.

Pico della Mirandola, em *Discurso sobre a dignidade humana*, concebe o homem como o ser mais admirável que repousa sobre o palco deste grande teatro que é o mundo; pois, distinto dos outros seres, não tem nenhuma imagem que lhe seja inata: animal de natureza multiforme, ele mesmo se molda, fabrica-se e transforma-se, imiscuindo em si imagens estranhas e adventícias (MIRANDOLA, 2021, p. 35).

Projetado como uma criatura de imagem indefinida, o homem foi designado o escultor de si mesmo, de sorte a modelar-se na forma que prefere de si.

Se as demais criaturas estão encerradas no interior das leis da natureza prescritas pelo Supremo Artífice, o homem, por sua vez, não é constrangido por quaisquer limites: é ele quem definirá, para si, a sua lei. Criatura privilegiada, o poder humano de desenhar a si mesmo somente é ativado com a escolha (MIRANDOLA, 2021, p. 35-37).

Se podemos delinear nosso próprio destino, que escolhamos, então, desprender-nos da visão cientificista hoje ainda hegemônica, de forma a assumirmos a integridade de nosso *eu* – fragilizado quando reduzido à face racional. Lembremos que “tudo o que um homem empreende deve brotar de seus poderes unificados; toda a separação deve ser rejeitada” (BERLIN, 2022, p. 76).

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Tomás de. *Suma teológica*, v. 4. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2010, p. 521-536.
- BERLIN, Isaiah. *As raízes do romantismo*. Ed. Henry Hardy. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Fósforo, 2022.
- BOÉCIO. *A consolação da filosofia*. Trad. William Li. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Trad. Rogério Fernandes. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.
- FRANCE, Anatole. *Os deuses têm sede*. Trad. Jorge Coli. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- HINDLE, Maurice. Introdução. In: SHELLEY, Mary. *Frankenstein ou O Prometeu moderno*. Trad. Christian Schwartz. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2015, p. 65-72.
- HÖLDERLIN, Friedrich. O pão e o vinho. In: HÖLDERLIN, Friedrich. *Elegias*. Trad. Maria Teresa Dias Furtado. Lisboa: Assírio & Alvim, 2000, p. 67-79.
- MIRANDOLA, Pico della. *Discurso sobre a dignidade do homem*. Trad. Elaine Cristine Sartorelli. Belo Horizonte, Veneza: Editora Âyiné, 2021.
- SALGADO, Karine. Ainda a modernidade? In: HORTA, José Luiz Borges; SALGADO, Karine (Org.). *Razão e Poder: (re)leituras do político na filosofia moderna*. Belo Horizonte: Initia Via, 2018.
- SALGADO, Karine. Pena, papel e inteligência artificial: qual o lugar da academia? *II Encontro Internacional da Revista de Ciências do Estado*, Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 15 jun. 2023.
- SABINO, José Feres. Para que poetas em tempo de indignação?. *Rapsódia*, v. 1, n. 5, p. 75-86, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rapsodia/article/view/106525>. Acesso em: 31 jul. 2023.
- SHELLEY, Mary. Introdução da autora para a edição da série Standard Novels (1831). In: SHELLEY, Mary. *Frankenstein ou O Prometeu moderno*. Trad. Christian Schwartz. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2015, p. 65-72.